

Doc. 4



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

EXMO SR JUIZ FEDERAL DA VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Referência: IC n. 1.30.001.04694/2012-00

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu procurador subscritor, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem propor

AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

em face de

MALVINA TANIA TUTTMAN, brasileira, divorciada, identidade n. 003.346.026-2, DETRAN/RJ, CPF 151271507/78, professora da UNIRIO, então Reitora da UNIRIO, com domicílio na rua Doutor Satamini, 132, 201, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ;

WANISE LINS GUANABARA, brasileira, professora da UNIRIO, então Pró-Reitora Administrativa, com domicílio na Avenida Pasteur, 296, Urca, Rio de Janeiro/RJ (fls. 133);

JOSÉ CORTINES LINARES, brasileiro, servidor público, título de eleitor n. 00.166.473.103-96, CPF n. 026.206.857-53, nascida aos 19/04/1928, filho de Deolinda Cortines Linares, residente à Rua Eurico Cruz, 39, apto n. 105, Jardim Botânico/RJ;

AZOR JOSÉ DE LIMA, brasileiro, casado, servidor público, título de eleitor n. 00.018.195.303-45, CPF n. 005.360.327-34, nascido em 25/03/1934, natural do Rio de Janeiro/RJ, filho de Rosa Ramos de Lima, residente à Rua São Clemente, 272, Bl.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

1, apto n. 1206, Botafogo/RJ;

CLÁUDIA CAPPELLI ALO, brasileira, separada judicialmente, servidora pública, documento de identidade n. 05.436.375-9/DETRAN/RJ, CPF n. 725.892.567-87, natural do Rio de Janeiro/RJ, residente à Rua Barão de Jaguaripe, 133, apto n. 401, Ipanema/RJ;

FERNANDA ARAÚJO BAIÃO, brasileira, casada, servidora pública, documento de identidade n. 441.960, expedido pelo Ministério da Marinha/RJ, CPF n. 037664.337-41, residente à Estrada do Engenho do Mato, 900, casa n. 37, Itaipu, Niterói/RJ, CEP: 24346-040;

FLÁVIA MARIA SANTORO, brasileira, casada, servidora pública, documento de identidade n. 10717895-6/IFP/RJ, CPF n. 883.300.287-04, residente à Rua Professor Luiz Catanhede, 232, apto n. 202, Laranjeiras/RJ, CEP: 22245-040;

RENATA MENDES DE ARAÚJO, brasileira, separada judicialmente, servidora pública, documento de identidade n. 05338482-1/IFP/RJ, CPF n. 020.666.697-76, residente à Rua Professor Luiz Catanhede, 249, apto n. 303, Laranjeiras/RJ, CEP: 22245-040;

ANDREA MAGALHÃES MAGDALENO, brasileira, solteira, pesquisadora da UNIRIO, identidade n. 10277451-0 IFP/RJ, CPF 053506007-61, com domicílio na rua Desembargador Izidro, 149, 402, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20521-160;

HADELIANE DOS SANTOS IENDRIKE, brasileira, casada, pesquisadora da UNIRIO, identidade n. 10717895-6 IFP/RJ, CPF 079200557-09, com domicílio na rua Pereira Nunes, 78, 501, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20511-120;

VANESSA TAVARES NUNES, brasileira, solteira, nascida em 26/03/1980, pesquisadora da UNIRIO, identidade n. 011306734-2 M.Ex., CPF 874096401-97, com domicílio na rua Douro Satamini 183, 503, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

20270-233; e

LEONARDO GUERREIRO AZEVEDO, brasileiro, casado, servidor público, documento de identidade n. 09615540-3/IFP/RJ, CPF n. 390.375.177-49, nascido aos 17/06/1977, residente à Avenida Epitácio Pessoa, 3330, apto n. 2301, Lagoa/RJ, CEP: 22471-003,

pelos seguintes fundamentos de fato e de direito.

I DOS FATOS

MALVINA TÂNIA TUTTMAN, então reitora da UNIRIO, WANISE LINS GUANABARA, à época Pró-Reitora Administrativa, JOSÉ CORTINES LINARES, presidente da FUNRIO à época, e AZOR JOSÉ DE LIMA, então secretário-executivo da FUNRIO, de 1º/04/2008 (contratos) a 1º/04/2010 (termos aditivos), dispensaram indevidamente (fls. 716 do anexo II), por 19 vezes, o processo licitatório para a execução do objeto do Termo de Cooperação Científica n. 0040.0040368.08.2, firmado entre a PETROBRAS e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO, tendo como interveniente a FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, ENSINO E ASSISTÊNCIA À ESCOLA DE MEDICINA E CIRURGIA DO RIO DE JANEIRO E AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFRÉE E GUINLE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNRIO, beneficiando os seguintes professores e pesquisadores da UNIRIO e também sócios das empresas, que comprovadamente concorreram para a consumação da ilegalidade: FERNANDA ARAÚJO BAIÃO AMORIM, FLÁVIA MARIA SANTORO, RENATA MENDES DE ARAÚJO, ANDREA MAGALHÃES MAGDALENO, HADELIANE DOS SANTOS IENDRIKE, VANESSA TAVARES NUNES, LEONARDO GUERREIRO AZEVEDO e a própria gestora do contrato supracitada, CLAUDIA CAPPELLI ALO.

Termo de Cooperação n. 004.0040368.08.2 (UNIRIO e PETROBRAS)

Em 31/03/2008, a UNIRIO, representada por sua reitora à época, MALVINA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

TANIA TUTTMAN, e a PETROBRAS celebraram o Termo de Cooperação n. 004.0040368.08.2 no valor de R\$ 8.581.600,00, para “a capacitação e desenvolvimento de metodologias e técnicas de modelagem de processos de negócio e de administração de dados para a Gerência Setorial de Gestão de Dados e Informações de E&P” (fls. 40/50, anexo II).

Para a execução do ajuste, elegeram a FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, ENSINO E ASSISTÊNCIA À ESCOLA DE MEDICINA E CIRURGIA DO RIO DE JANEIRO E AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFRÉE E GUINLE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNRIO como interveniente e gestora administrativa do projeto, sendo apenas seu o ônus de execução do termo, na parte da UNIRIO. É de se notar, *prima facie*, que o objeto do contrato não se insere dentro das finalidades para as quais a fundação de apoio foi criada, nos termos do artigo 2º do seu estatuto: “apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Escola de Medicina e Cirurgia doravante apenas EMC, em especial do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, doravante apenas HUGG da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO” (fls. 188).

Na execução do termo, era previsto que a FUNRIO disponibilizaria uma equipe de pesquisadores e alunos do seu corpo técnico especializado para atendimento do objeto.

1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação (UNIRIO e PETROBRAS)

Após dois anos de contrato, em 30/03/2010, a UNIRIO e a PETROBRAS celebram o 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação. Na oportunidade, houve a prorrogação do ajuste até 13/07/2012, aumento do aporte financeiro de recursos para R\$ 17.163.200,00 e também a exclusão da FUNRIO da função de interveniente, com transferência de todos os seus direitos e obrigações para a UNIRIO (fls. 318/320).

Contrato n. 04/2011 (UNIRIO e FUNRIO)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Ocorre que, em novembro do mesmo ano de 2010, oito meses após a assinatura do 1º Termo Aditivo, a Pró-Reitora Administrativa WANISE LINS GUANABARA solicitou em caráter de urgência à área de contratos e convênios a elaboração de minuta de contrato a ser celebrado entre a UNIRIO e a fundação de apoio, “*passando para a FUNRIO todas as obrigações do Termo de Cooperação e seu 1º Termo Aditivo*”. Para tanto, em 28/12/2010, as entidades, por meio de MALVINA TÂNIA TUTTMAN, então reitora da UNIRIO, e JOSÉ CORTINES LINARES, então presidente da FUNRIO, assinaram o Contrato n. 04/2011, no valor de R\$ 17.163.200,00, com vigência até 31/07/2012 (fls. 321/328). Ou seja, **sem a interveniência da PETROBRAS**, a UNIRIO transferiu novamente o objeto à FUNRIO.

Ainda, em contrariedade aos termos da original admissão da FUNRIO na execução do ajuste, em que ela disponibilizaria uma equipe de pesquisadores e alunos do seu corpo técnico especializado para atendimento do objeto, dessa vez era permitido à FUNRIO **contratar (subcontratar) serviços auxiliares e técnicos necessários à execução do projeto** (cláusula quarta).

Todavia, registre-se, o Contrato n. 04/2011 vedava:

- **contratação** de serviços auxiliares e técnicos necessários à execução do projeto **sem licitação**, nos termos do então vigente, desde as primeiras contratações em 1º/04/2008, art. 3º, inc. I, da Lei 8.958/94 (“observar a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, referentes à contratação de obras, compras e serviços”, hoje revogado pela Lei 12.863/2013);

- contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestarem serviços ou atender necessidades de caráter permanente da UNIRIO (**terceirização indevida**), nos termos do art. 4º, § 3º, da Lei 8.958/94 (“É vedada a utilização dos contratados referidos no caput para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender a necessidades de caráter permanente das contratantes”, com redação dada pela Lei 12.349, vigente a partir de 16 de dezembro de 2010, pouco antes da assinatura do contrato);

- **utilização de bens e serviços da UNIRIO** sem o ressarcimento ou além do

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

prazo estritamente necessário, nos termos do art. 6º da Lei 8.958/94 (“No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços das IFES e demais ICTs contratantes, mediante ressarcimento, e pelo prazo estritamente necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de efetivo interesse das contratantes e objeto do contrato firmado”, com redação dada pela Lei 12.349, vigente a partir de 16 de dezembro de 2010, pouco antes da assinatura do contrato);

- **subcontratação** total do objeto ou das parcelas mais relevantes do projeto, bem como subcontratação de outras fundações de apoio, como exécutora da totalidade ou partes do projeto, como é previsto no art. 1º, § 4º, da Lei 8.958/94 (“É vedada a subcontratação total do objeto dos ajustes realizados pelas IFES e demais ICTs com as fundações de apoio, com base no disposto nesta Lei, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado, com redação dada pela Lei 12.349, vigente a partir de 16 de dezembro de 2010, pouco antes da assinatura do contrato”).

Subcontratações sem licitação

De 1º/04/2008 (contrato) (logo após a celebração do termo de cooperação em 31/03/2008) a 1º/04/2010 (termo aditivo) (logo após a celebração do primeiro termo aditivo em 30/03/2010), a FUNRIO, por meio de JOSÉ CORTINES LINARES, então presidente, e AZOR JOSÉ DE LIMA, à época secretário-executivo, subcontratou grande parte do objeto do Termo de Cooperação, com 12 empresas privadas, sem processo licitatório, totalizando 19 dispensas de licitação indevidas (considerando-se cada contratação, mais o termo aditivo quando existente), como mostra a seguinte relação (fls. 851/943 do anexo II):

| EMPRESA | ATIVIDADE | VALORES OBTIDOS ATRAVÉS DE NOTAS FISCAIS DE 2011/ PRAZO CONTRATUAL |
|------------------------------------|---|---|
| SE7TI SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA | CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | R\$ 735.140,99/ 1º/07/2010-29/03/2012 |

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO - NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

| | | |
|---|--|---|
| INFORMAÇÃO LTDA. | | |
| IK SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA. EPP | DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA | R\$ 545.975,00/ 1º/06/2009-29/03/2012 (aditado em 1º/04/2010) |
| PIMPA INFORMÁTICA LTDA. | DESENVOLVIMENTO DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA | R\$ 296.100,00/ 1º/04/2008-29/03/2012 (aditado em 1º/04/2010) |
| DHEKA INFORMÁTICA LTDA. | DESENVOLVIMENTO DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA | R\$ 219.825,00/ 1º/04/2008-29/03/2012 (aditado em 1º/04/2010) |
| UPSERT CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. | DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA | R\$ 93.000,00/ 1º/06/2009-29/03/2012 (aditado em 1º/04/2010) |
| FUNDAÇÃO PADRE LEONEL FRANCA | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS | R\$ 81.000,00 |
| DAMON TECNOLOGIA LTDA. | SUPOTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | R\$ 76.500,00/ 1º/10/2009-29/03/2012 (aditado em 1º/04/2010) |
| AZEVEDO SOLUÇÕES EM TI LTDA. | CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | R\$ 57.750,00/ 1º/04/2008-29/03/2012 (aditado em 1º/04/2010) |
| ENGENHO DE SOFTWARE CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA. | DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA | R\$ 45.000,00/ 1º/09/2008-31/03/2010 |
| OPEN IT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS | TREINAMENTO EM INFORMÁTICA | R\$ 40.500,00/ 1º/04/2008-29/03/2012 (aditado em 1º/04/2010) |

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| | | |
| DYNATRON EQUIPAMENTOS ELETRO MECÂNICOS LTDA. | FABRICAÇÃO DE PERIFÉRICOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA | R\$ 23.100,00/ 1º/04/2010-29/03/2012 |
| FARIA & PIMENTEL CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. | SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | R\$ 4.320,00/ 1º/10/2010-30/11/2010 |
| TOTAL | | R\$ 2.218.210,99 |

JOSÉ CORTINES LINARES, então presidente, assina todos os contratos, atesta todas as despesas e é indicado nos termos como o contato na FUNRIO. Por outro lado, enquanto a função de presidente sempre foi ocupada de forma transitória e não remunerada, sobressai a importância de AZOR JOSÉ DE LIMA, secretário-executivo da fundação durante todo o período.

Já a coautoria na dispensa indevida por parte dos dirigentes da UNIRIO impõe-se diante da análise do esquema como um todo. Desde o início, a UNIRIO seria a provedora do nome e o canal de recursos, enquanto a FUNRIO seria apenas o instrumento para viabilizar o pagamento aos professores e pesquisadores (às suas empresas), que não poderiam receber diretamente da universidade a que são vinculados.

Isto vai se comprovar pela junção de todos os dados: 1º) a FUNRIO é inserida em contrato da área de informática, não obstante ter suas finalidades estatutárias ligadas à área médica; 2º) era tão imprescindível que continuou atestando despesas mesmo durante o período em que esteve fora da relação contratual (exclusão esta só em função de decisão do TCU 2371/2008-Plenário, como explica o parecer da Procuradoria Federal da UNIRIO às fls. 360); 3º) a inserção da FUNRIO sempre foi pensada pelos dirigentes da UNIRIO, como se extrai não só pelas assinaturas dos termos pela então Reitora MALVINA TÂNIA TUTTMAN, como também pelo fato da Pró-Reitora Administrativa WANISE LINS GUANABARA ter solicitado, em caráter de urgência, à área de contratos e convênios, a elaboração de minuta de contrato a ser celebrado entre a UNIRIO e a fundação de apoio, “*passando para a FUNRIO todas as obrigações do Termo de Cooperação e seu*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

1º Termo Aditivo” (fls. 321/328).

Não há como conceber que o objetivo final do esquema, qual seja, a contratação dos professores e pesquisadores da casa com os recursos da PETROBRAS, pudesse ser alcançado sem a ação articulada e consciente dos dirigentes da UNIRIO e da FUNRIO supracitados. Ao contrário, a Reitoria tinha ciência e anuiu com a participação dos docentes e com a sistemática de pagamentos, previamente aprovando-os. Assim como a Pró-Reitora Administrativa chegou a nomear como gestora do contrato, docente em regime de dedicação exclusiva e bolsista no projeto, integrante de empresa contratada, como se verá a seguir.

Contratação de empresas de bolsistas

Nessas contratações sem licitação, a FUNRIO escolheu empresas pertencentes a professores da própria UNIRIO e bolsistas do próprio projeto, sendo que a essas pessoas jurídicas foram efetuados pagamentos em valores superiores a 2,2 milhões de reais, só até setembro de 2011.

Vale, desde já, traçar-se uma ideia de como a legislação trata da hipótese, estabelecendo a Lei 8.666/93 que:

“Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

(...)

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.”

O quadro abaixo sintetiza as situações sobreditas:

| Participantes/bolsistas | Vínculo | Empresa da qual faz parte como sócio |
|--|--|--|
| Claudia Cappelli Alo SIAPE:18169899 | Servidor/ Docente em regime de Dedicação exclusiva | SE7TI Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. e IK Soluções de Informática Ltda. EPP |
| Fernanda Araújo Baião | Servidor/ Docente em regime | SE7TI Serviços de |

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

| | | |
|---|---|--|
| Amorim SIAPE: 14757141 | de Dedicação exclusiva | Tecnologia da Informação Ltda. e IK Soluções de Informática Ltda. EPP |
| Flávia Maria Santoro SIAPE: 14253879 | Servidor/ Docente em regime de Dedicação exclusiva | SE7TI Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. e IK Soluções de Informática Ltda. EPP |
| Renata Mendes de Araújo SIAPE:13499645 | Servidor/ Docente em regime de Dedicação exclusiva | IK Soluções de Informática Ltda. EPP |
| Andrea Magalhães Magdaleno | Pesquisador Membro de Grupo de Pesquisa da UNIRIO/sem vínculo estatutário | SE7TI Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.; IK Soluções de Informática Ltda. EPP e DHEKA informática Ltda. |
| Hadeliane dos Santos Iendrike | Pesquisador Membro de Grupo de Pesquisa da UNIRIO/sem vínculo estatutário | SE7TI Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. e IK Soluções de Informática Ltda. EPP |
| Vanessa Tavares Nunes | Pesquisador Membro de Grupo de Pesquisa da UNIRIO/sem vínculo estatutário | Pimpa Informática Ltda. e SE7TI Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. |

Mas não é só. Há outras situações peculiares:

Condição de gestora e sócia de empresas contratadas ao mesmo tempo

SE7TI SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. e IK

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA. EPP, que receberam juntas o montante de R\$ 1.281.115,99, têm como sócia CLAUDIA CAPPELLI ALO (matrícula SIAPE Nº 18169899), docente em regime de dedicação exclusiva e bolsista no projeto, tendo sido nomeada gestora do contrato pela pró-reitora de administração à época, WANISE LINS GUANABARA (fls. 463).

Contratação de empresas de parentes de professores bolsistas

OPEN IT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-EPP tem como sócio responsável JOSEPH RYTHERR MORGAN JR., esposo da bolsista do projeto e docente em regime da dedicação exclusiva FLÁVIA MARIA SANTORO (SIAPE: 14253879) (fls. 1284 do anexo II).

AZEVEDO SOLUÇÕES EM TI LTDA. possui em seu quadro societário a esposa e o pai do docente em regime de dedicação exclusiva e bolsista do projeto LEONARDO GUERREIRO AZEVEDO (SIAPE: 15445501) (fls. 1273/1275 do anexo II), sendo que é ele que assina o contrato de fls. 335/340, quando era professor substituto e adjunto a partir de 2009, em 1º de abril de 2008.

Empresas com o mesmo endereço

AZEVEDO SOLUÇÕES EM TI LTDA. e PIMPA INFORMÁTICA LTDA. funcionam no mesmo endereço, no Município de Saquarema/RJ (fls. 1273/1275 e 1276/1277).

Seleção de bolsistas dentre professores com dedicação exclusiva

Ainda, como se pode depreender do quadro acima, a FUNRIO selecionou como bolsistas do projeto, docentes em regime de dedicação exclusiva (fls. 131/142), em contrariedade às regras desse regime, nos termos do Decreto-Lei 200/1967:

“Art. 108. O funcionário, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, prestará serviços em dois turnos de trabalho, quando sujeito a expediente diário.

Parágrafo único. Incorrerá em falta grave, punível com demissão, o funcionário que perceber a vantagem de que trata este artigo e não prestar serviços correspondentes e bem assim o chefe que atestar a prestação irregular dos serviços.”

Não se enquadrando a hipótese na exceção prevista no Decreto 94.664/1987 - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, previsto na Lei 7.596/87:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

“Art. 14. O Professor da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada;

(...)

1º No regime de dedicação exclusiva admitir-se-á:

(...)

d) colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente.”

II

DO DIREITO

Do ato de improbidade de exercer atividade em pessoa jurídica interessada (art. 9º e 11)

Com relação aos professores e pesquisadores bolsistas que figuravam diretamente ou por meio de parentes no quadro societário das empresas contratadas pela FUNRIO, vê-se a configuração do ato de improbidade previsto no art. 9º, inc. XI, da Lei 8.429/92:

“Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;”

Nesse caso, merece destaque a nomeação de docente na referida situação, como gestora do contrato, ou o caso de utilização de empresa inexistente, funcionando no mesmo endereço de outra.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
 26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Veja-se que o mero recebimento das vantagens como bolsistas do projeto, de docentes em regime de dedicação exclusiva, já se enquadra no caso do art. 9º, *caput*: “enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade”.

Ainda na referida situação restaria configurado o ato previsto no art. 11, *caput*, da mesma lei: “Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições”.

É o que já entendeu o Tribunal de Contas da União:

‘Contratação de empresa cujos sócios são servidores públicos

Representação formulada ao TCU indicou possíveis irregularidades na execução de contratos envolvendo exames anatomopatológicos e citopatológicos, no âmbito do Hospital Escola da Fundação Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Foi promovida a audiência do Reitor em razão das irregularidades apuradas pela unidade técnica, entre elas a autorização de pagamentos à empresa Laboratório de Patologia e Citologia de Pelotas Ltda. – contratada sem processo licitatório –, “formada por sócios, responsáveis técnicos pelos serviços, que são também servidores ativos da Upel”. O Diretor Geral do Hospital Escola da UFPEL foi ouvido em audiência pelo conflito “entre os deveres funcionais como servidor público e diretor do Hospital Escola, dispondo de poder acerca de decisões sobre contratação e pagamento de fornecedores de serviço, além de ser médico patologista, citopatologista e anatomopatologista, e os interesses particulares, como sócio da empresa Lapacit Ltda., prestadora de serviços ao Hospital Escola”. Para o relator, restou, de fato, comprovado que três servidores, entre eles o Diretor Geral do Hospital Escola, são médicos da universidade e detêm vínculo societário com o Laboratório de Patologia e Citologia de Pelotas Ltda., prática vedada pelo inciso III do art. 9º da Lei n.º 8.666/93. O relator anuiu à conclusão da unidade técnica, no sentido de que o Diretor Geral do Hospital Escola atraiu para si a responsabilidade pela irregularidade, ao deixar de se afastar da sociedade no momento de sua nomeação para o cargo de Diretor. Ressaltou, também, que suas funções exercidas no âmbito da UFPEL e do Hospital Escola “são incompatíveis com sua condição de sócio da empresa Lapacit Ltda., prestadora de serviços ao Hospital Escola, na qual está referido como responsável pelo serviço, junto ao cadastro de estabelecimentos de saúde do SUS”. Ao final, o relator propôs e a Segunda Câmara decidiu aplicar multa aos responsáveis, sem prejuízo de “encaminhar cópia deste acórdão, e seu relatório e voto, ao Ministério Público Federal em Pelotas/RS, em face da possibilidade de ocorrência da conduta ilícita definida como improbidade administrativa, em relação ao [...] Diretor Geral do Hospital Escola da UFPEL (art. 9º, inc. VIII, e art. 11, caput, da Lei 8.429/92)”. Acórdão n.º 2411/2010-2º

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Câmara, TC-022.559/2008-7, rel. Min. Aroldo Cedraz, 18.05.2010.

É sabido que, nessa modalidade, exige-se o dolo, que salta aos olhos, na medida em que a criação ou ingresso nas empresas era feito deliberadamente para viabilizar o recebimento dos valores.

Do ato de improbidade de dispensar processo licitatório indevidamente (art. 10)

Na consecução do objetivo final do esquema, qual seja, a contratação dos professores e pesquisadores da casa com os recursos da PETROBRAS, os dirigentes da UNIRIO e da FUNRIO, juntamente com os docentes, praticaram o ato de improbidade previsto no art. 10º, inc. VIII, da Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa:

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;”

Note-se que se trata de lesão presumida ao erário:

“Ademais, a configuração de lesão ao patrimônio também não depende da comprovação de redução do patrimônio da entidade, haja vista a existência de diversas hipóteses de lesividade presumida na legislação, como ocorre nas hipóteses previstas no art.4º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965 (Lei da Ação Popular), em que a infração das normas vigentes acarretará a nulidade do ato que não produzirá efeitos jurídicos válidos. (ELIZANDRA DE ARAUJO, Renata, Os princípios da Lei de Improbidade Administrativa, pág.140 e 141)”

DO PEDIDO

Ex positis, o Ministério Público Federal requer:

a) a **notificação** dos réus para oferecerem, dentro do prazo de 15 dias, manifestação por escrito, que

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

poderá ser instruída com documentos e justificações (art. 17, § 7º, da Lei 8.429/92, com redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/01);

b) o **recebimento** fundamentado desta petição inicial e a consequente **citação** dos acusados para apresentarem contestação (art. 17, §§ 8º a 11, da Lei 8.429/92, com redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/01);

c) a **intimação** da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO para integrar o polo ativo da demanda;

d) ao final, após o devido trâmite processual, a **condenação** dos réus:

d.1) MALVINA TANIA TUTTMAN, WANISE LINS GUANABARA, JOSÉ CORTINES LINARES e AZOR JOSÉ DE LIMA, pela prática de ato de improbidade administrativa previsto no art. 10º, inc. VIII, da Lei 8.429/92, com a aplicação das sanções do art. 12, inc. II, da mesma lei, de ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

d.2) CLÁUDIA CAPPELLI ALO, FERNANDA ARAÚJO BAIÃO, FLÁVIA MARIA SANTORO, RENATA MENDES DE ARAÚJO, ANDREA MAGALHÃES MAGDALENO, HADELIANE DOS SANTOS IENDRIKE, VANESSA TAVARES NUNES, LEONARDO GUERREIRO AZEVEDO, pela prática da conduta de improbidade administrativa prevista no art. 9º, inc. XI, da Lei 8.429/92, com aplicação das sanções do art. 12, inc. I, da Lei 8.429/92, de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
26º OFÍCIO – NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

e) a **condenação** dos réus ao pagamento das custas e verbas de sucumbência.

Protesta-se pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito.

Dá-se a causa o valor de R\$ 17.163.200,00 (dezesete milhões, cento e sessenta e três mil e duzentos reais).

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2015.



LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO

Procurador da República